

IMPACTOS DA TRIBUTAÇÃO: decisões financeiras nas micro e pequenas empresas brasileiras

Jéssica Aparecida da Silva¹

Graziella Andréia Malagó²

Resumo

O artigo intitulado *Impactos da Tributação: decisões financeiras nas micro e pequenas empresas brasileiras* buscou responder à questão: de que forma os tributos influenciam a gestão financeira dessas organizações. Justifica-se pela relevância das micro e pequenas empresas (MPEs) no cenário econômico nacional e pelos desafios que enfrentam diante da elevada carga tributária, da complexidade fiscal e da instabilidade legislativa. Considerando que os tributos impactam diretamente na formação de preços, margens de lucro, capacidade de investimento e competitividade, a gestão tributária torna-se elemento estratégico para a sustentabilidade desses negócios. O objetivo principal da pesquisa foi analisar os impactos da tributação nas decisões financeiras das MPEs. Especificamente, buscou-se identificar os efeitos da tributação sobre preços de produtos e serviços, verificar a influência da legislação fiscal na tomada de decisão e analisar a utilização de incentivos tributários. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e bibliométrica, com abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Machado (2018), Oliveira (2016) e Fabretti (2017), além de estudos recentes sobre tributação e microempresas. A relevância do estudo reside na contribuição para o entendimento da tributação como instrumento estratégico, fornecendo subsídios para gestores e pesquisadores sobre a necessidade de planejamento tributário eficiente, de forma a fortalecer a competitividade e garantir a sustentabilidade financeira das micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Tributação; Micro e pequenas empresas; Decisões financeiras; Gestão tributária; Competitividade empresarial.

¹ Graduanda do curso Bacharel em Ciências Contábeis EaD na Universidade de Sorocaba-
Email: jessica-silva@outlook.com.

² Professora orientadora- Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (Uniso), Sorocaba, SP. Mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, SP. Docente na Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: graziella.malago@prof.uniso.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9183-3707>.

1. INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas brasileiras (MPEs) desempenham papel central na economia do país, contribuindo significativamente para a geração de empregos, a circulação de renda e o fortalecimento do empreendedorismo. Apesar de sua relevância, essas organizações enfrentam desafios consideráveis na gestão financeira, sobretudo no que se refere à tributação, que se apresenta como um dos principais obstáculos à sua sustentabilidade e ao crescimento.

O presente artigo aborda o tema “Impactos da Tributação: decisões financeiras nas micro e pequenas empresas brasileiras”, destacando a tributação como um elemento essencial para o funcionamento da economia, uma vez que garante recursos ao Estado e impõe obrigações às empresas. Para as MPEs, esse fator é particularmente relevante, considerando que geralmente dispõem de recursos limitados e de estrutura reduzida para lidar com as exigências fiscais. No Brasil, a carga tributária é elevada e o sistema fiscal caracteriza-se pela complexidade e pelas constantes mudanças na legislação, exigindo atenção especial na tomada de decisões estratégicas e operacionais dessas empresas.

Compreender de que forma os tributos afetam a rotina empresarial vai além do cumprimento de obrigações legais. Os impactos podem ser percebidos na formação de preços, na margem de lucro, na capacidade de investimento, na escolha da estrutura de capital e no planejamento de expansão. Assim, a gestão tributária assume papel estratégico, contribuindo para aumentar a competitividade e garantir a sustentabilidade financeira das MPEs.

O objetivo geral deste estudo foi analisar os impactos da tributação nas decisões financeiras das micro e pequenas empresas brasileiras. Especificamente, buscou-se identificar como os tributos influenciam os preços de produtos e serviços, e verificar a existência de incentivos fiscais. Parte-se da hipótese de que fatores como influenciam diretamente nas empresas.

A pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico e bibliométrico e a análise dos dados foi por meio da pesquisa qualitativa, com base em obras de referência em contabilidade, finanças e tributação, além de dados oficiais. Essa abordagem permite integrar teoria e prática, proporcionando uma visão abrangente sobre a influência da tributação na gestão financeira das micro e pequenas empresas.

Os resultados contribuíram para ampliar o entendimento sobre a tributação como instrumento estratégico e subsidiem o debate sobre eficiência fiscal, competitividade e desenvolvimento econômico no Brasil.

2. METODOLOGIA

De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 78), o método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros, auxiliando o pesquisador no percurso científico.

Neste estudo, adotam-se como procedimentos a pesquisa bibliográfica. Para tanto pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010, p. 29), é desenvolvida a partir de materiais já publicados, como livros, revistas, teses e artigos, os quais servem de base teórica para a investigação.

Por sua vez, a amostragem é entendida como a seleção de uma parte representativa do objeto analisado. Para Gil (2010, p. 99), trata-se da escolha de elementos capazes de refletir o todo.

Segundo as concepções de Amaral *et al.* (2004, p. 4885), a bibliometria pode nos auxiliar na pesquisa científica, uma vez que presta-se a analisar:

[...] conjuntos de centenas ou milhares de registros bibliográficos de artigos científicos, patentes, notícias e outros documentos [que] podem ser analisados para dar origem a novas informações bastante sintéticas e de alto valor agregado, chamados indicadores, que não dizem respeito a um documento em particular, mas ao conjunto dos documentos analisados. Os indicadores bibliométricos podem ser usados para estudos de prospecção tecnológica, inteligência competitiva e análise da produção científica. Indicadores são uma forma indireta de avaliar algo intangível, como ciência e tecnologia.

No entendimento de Lakatos e Marconi (2017, p. 173), a coleta de dados, corresponde à fase em que se reúnem as informações necessárias para responder ao problema de pesquisa. Desta forma, a presente pesquisa será realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental.

Para Marconi e Lakatos (2022), sobre a pesquisa qualitativa por ela não obter dados estatísticos e nem conter informações que se referem à leis nem sempre ela é vista como uma forma confiável.

A observação qualitativa, também chamada observação de campo, é uma técnica de coleta de dados que tem como objetivo explorar e descrever fenômenos, ambientes, aspectos da vida social de um grupo. Ela implica conhecer e aprofundar as situações sociais, mantendo reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações, e faz-se pela a interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos,

diretamente do contexto ou situação específica do grupo (Marconi; Lakatos, 2022, p. 314).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Tributação em micro e pequenas empresas brasileiras

As micro e pequenas empresas (MPEs) têm papel central na economia brasileira, representando grande parte dos empreendimentos e da geração de empregos. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), as MPEs correspondem a cerca de 99% dos negócios existentes no país e são responsáveis por mais da metade dos postos de trabalho formais. Para Dornelas (2018, p. 22), “as micro e pequenas empresas são fundamentais para o desenvolvimento econômico, pois contribuem para a inovação, dinamização do mercado e fortalecimento regional”.

No Brasil, as empresas podem adotar diferentes naturezas jurídicas, que definem sua estrutura e obrigações legais. Segundo o Código Civil (BRASIL, 2002), destacam-se as sociedades limitadas (LTDA), as sociedades anônimas (S/A) e o empresário individual. Para Gomes e Araújo (2019, p. 41), “a definição da personalidade jurídica da empresa impacta diretamente na responsabilidade dos sócios e na forma de tributação”.

3.2 Planejamento tributário

O planejamento tributário consiste na adoção de estratégias legais para reduzir a carga fiscal de uma empresa. De acordo com Fabretti (2017, p. 35), “planejamento tributário é o conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos, evitando-se a incidência do fato gerador ou reduzindo sua base de cálculo”. Oliveira (2016) acrescenta que o planejamento permite maior controle financeiro, evitando riscos fiscais e auxiliando na tomada de decisões.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os tributos podem ser classificados em impostos, taxas e contribuições de melhoria (BRASIL, 1988). De acordo com Machado (2018, p. 57), “os impostos são tributos que independem de uma contraprestação direta do Estado, diferentemente das taxas e contribuições, que estão vinculadas a serviços ou obras públicas”. Assim, compreender os tipos de tributos é essencial para a correta gestão fiscal das empresas.

Os regimes de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido mais comuns no Brasil são o Lucro Real e o Lucro Presumido. Conforme Fabretti (2017, p. 71), no Lucro Real “o imposto é calculado sobre o resultado contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação”. Já o Lucro Presumido, segundo Oliveira (2016, p. 94), “é uma forma simplificada de tributação em que a base de cálculo é determinada por um percentual aplicado sobre a receita bruta, variando conforme a atividade exercida”. Dessa forma, a escolha do regime tributário depende do porte da empresa, da atividade e do planejamento fiscal realizado.

4. PESQUISA: Análise dos Impactos da Tributação em Micro e Pequenas Empresas

Para a realização da presente pesquisa bibliográfica, foram utilizados os autores Machado (2018), e Oliveira (2016), como ponto de referência e comparação em face aos artigos, realizados nos últimos 2 anos, adiante citados, e seus respectivos autores, seguido da apresentação dos principais assuntos tratados por estes, bem como a contraparte daqueles, a respeito da mesma temática.

Quadro 1 – Artigos utilizados para a pesquisa

Autor(es)	Tema	Local e Ano da Publicação
COMITTI, Bruno Henrique	Os incentivos fiscais de ICMS e a tributação pelo IRPJ e pela CSLL: aspectos tributários e contábeis.	Revista DCF/APET, 2023.
MACEDO, Jéssyca Fontenele; MONTEIRO, Ricardo Aladim	Reforma Tributária: possíveis impactos para a Micro e Pequena Empresa do Simples Nacional.	Revista REASE, 2024.
SINDHA	A atualização da Tabela do Simples e seus impactos na economia nacional	Porto Alegre: Sindha, 2023.

Elaborado pela autora, 2025

Segundo Machado (2018) e Oliveira (2016), a tributação exerce forte influência sobre as decisões financeiras das micro e pequenas empresas (MPEs), especialmente em relação à formação de preços e ao aproveitamento de incentivos fiscais. Estudos recentes ajudam a entender como esses fatores se apresentam na prática.

O estudo do Sindha (2023) mostra que alterações nas faixas do Simples Nacional afetam diretamente o custo das empresas e, por consequência, a precificação. De acordo com o relatório, quando há mudanças nas alíquotas, muitas MPEs precisam repassar o aumento ao consumidor ou reduzir suas margens para manter competitividade. Isso confirma a visão de Machado (2018, p. 57), para quem “o tributo, ainda que seja juridicamente obrigação do contribuinte, pode ser transferido para o preço do produto ou serviço, influenciando toda a cadeia econômica”.

Da mesma forma, Macedo e Monteiro (2024) destacam que a proposta de reforma tributária pode tornar o Simples Nacional mais complexo, com a introdução de tributos cobrados “por fora”. Isso geraria maior incerteza para os empresários, elevando custos de gestão e impactando preços. A análise reforça a crítica de Machado (2018, p. 89), quando afirma que “a insegurança jurídica e a instabilidade legislativa aumentam os custos de conformidade e prejudicam, sobretudo, as pequenas empresas que não têm estrutura para suportar tais encargos”.

O trabalho de Comitti (2023) analisa incentivos fiscais relacionados ao ICMS, muito comuns nos estados, incluindo São Paulo. O autor mostra que benefícios como créditos presumidos ou isenções podem alterar significativamente os custos e as margens das empresas. Oliveira (2016, p. 94) explica que “o planejamento tributário tem justamente a função de avaliar os diferentes regimes e benefícios, buscando a opção mais econômica dentro da legalidade”. Ou seja, compreender e utilizar corretamente os incentivos pode significar diferença importante no preço final dos produtos ou serviços.

Comparando os três estudos, observa-se um ponto em comum: a tributação não é apenas uma obrigação legal, mas um fator estratégico que influencia diretamente a sobrevivência das MPEs. Enquanto os dados do Sindha (2023) mostram que a alteração de faixas no Simples Nacional muda as margens de lucro, Macedo e Monteiro (2024) alertam para os riscos de maior

complexidade no sistema, e Comitti (2023) evidencia que incentivos fiscais podem gerar tanto oportunidades quanto distorções competitivas.

Machado (2018) complementa esse debate ao lembrar que incentivos devem ser usados com cautela, pois podem gerar desigualdades: “os favores fiscais não podem comprometer a neutralidade tributária, devendo ter fundamento em razões objetivas de interesse público” (MACHADO, 2018, p. 211). Oliveira (2016, p. 112) reforça que o planejamento deve ser visto como instrumento de gestão, e não como simples mecanismo de evasão: “a escolha do regime tributário deve levar em conta o porte, a atividade e os objetivos da empresa, sempre respeitando os limites da lei”.

Assim, os resultados dos artigos confirmam a teoria dos dois autores clássicos. Os tributos influenciam preços e margens, a previsibilidade é essencial para a tomada de decisão, e os incentivos, quando usados de forma correta, podem melhorar a competitividade. No entanto, se mal aplicados, podem gerar distorções e insegurança, especialmente no caso das micro e pequenas empresas, que possuem menor estrutura administrativa e financeira.

4.1 Resultados da pesquisa

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e bibliométrica indicaram que os tributos influenciam de maneira direta a gestão financeira das micro e pequenas empresas, sobretudo na definição de preços e no aproveitamento de benefícios fiscais. Identificou-se que mudanças no regime do Simples Nacional impactam imediatamente a margem de lucro e a competitividade dessas organizações. A revisão da literatura também demonstrou que a instabilidade legislativa gera custos adicionais de conformidade e aumenta o nível de incerteza na tomada de decisão. Outro ponto relevante foi a constatação de que os incentivos fiscais, quando corretamente utilizados, contribuem para a sustentabilidade financeira, mas ainda são pouco explorados pelas empresas devido à falta de planejamento tributário adequado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mostrou que os tributos têm grande impacto nas decisões financeiras das micro e pequenas empresas. Mudanças nas faixas do Simples Nacional, a reforma tributária e os incentivos fiscais influenciam diretamente os preços, a margem de lucro e a competitividade dessas empresas.

De acordo com Machado (2018), os tributos podem ser repassados para o preço final dos produtos e serviços, afetando consumidores e o mercado. Oliveira (2016) destaca que o planejamento tributário é essencial para que a empresa escolha o regime mais adequado e use os incentivos de forma correta e dentro da lei.

Os estudos analisados confirmam que simplicidade e clareza no sistema tributário são fundamentais para reduzir custos e dar mais segurança às MPEs. Além disso, incentivos bem planejados podem ajudar essas empresas a crescer, mas, se mal aplicados, podem gerar desigualdade entre setores e regiões.

Assim, conclui-se que as micro e pequenas empresas precisam de um sistema tributário mais simples, estável e justo, que permita não apenas cumprir as obrigações fiscais, mas também usar a gestão tributária como parte do planejamento para crescer de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roniberto Morato do et.al. Uma visão da produção científica nos Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção através da Bibliometria. In: **Encontro nacional de engenharia de produção**, 24., 2004. Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ABEPRO, 2004. p. 4883- 4890. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2004_enegep0905_1065.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Grupo GEN, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

COMITTI, Bruno Henrique. **Os incentivos fiscais de ICMS e a tributação pelo IRPJ e pela CSLL: aspectos tributários e contábeis**. Revista DCF/APET, 2023.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de custos e formação de preços: conceitos, modelos e instrumentos: abordagem do capital de giro e da margem de competitividade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FONTELLES, Mauro J.; SIMÕES, Marilda G.; FARIAS, Samantha. H.; FONTELLES, Renata G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina 23(3), 1-8, 2009.

FABRETTI, Laudir Antônio. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Fábio; ARAÚJO, Carlos. **Direito empresarial: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MACEDO, Jéssyca Fontenele; MONTEIRO, Ricardo Aladim. **Reforma Tributária: possíveis impactos para a Micro e Pequena Empresa do Simples Nacional**. Revista REASE, 2024.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Planejamento tributário e regimes de tributação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SEBRAE. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2020.

SINDHA. **A atualização da Tabela do Simples e seus impactos na economia nacional**. Porto Alegre: Sindha, 2023.

TURCHI, Sandra R. **Estratégias de marketing digital e e-commerce**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.